

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de junho de 2022 às 08h03
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Mariah Carey é processada por "All I Want For Christmas Is You" 3

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 5.365 4

Revista Pesquisa Fapesp Online | SP

ABPI

SUS deve economizar com fim de extensão de prazos de patentes 13

Mariah Carey é processada por "All I Want For Christmas Is You"

Mariah Carey foi processada nesta sexta-feira por seu clássico natalino de 1994 "All I Want for Christmas Is You" por um compositor que disse ter co-escrito uma música com o mesmo título cinco anos antes.

Em uma ação apresentada no tribunal federal de Nova Orleans, Andy Stone está buscando uma indenização de pelo menos 20 milhões de dólares de Carey, seu co-autor e a Sony Music Entertainment por violação de **direitos** autorais e apropriação indevida, entre outras alegações.

Stone, que se apresenta como Vince Vance com a banda country-pop Vince Vance & the Valiants, acusou os réus de terem explorado ilegalmente sua "popularidade e estilo único" e causado confusão ao gravar a nova música sem sua permissão.

As músicas de Carey e Stone têm letras e melodias diferentes.

Porta-vozes de Carey e da Sony Music não responderam imediatamente aos pedidos de co-

mentários.

A música de Carey apareceu em seu álbum "Merry Christmas" e há muito tempo é tocada no rádio e em lojas durante a temporada das festas.

Ela também liderou a parada Billboard Hot 100 todos os anos desde 2019, apesar de ter sido gravada um quarto de século atrás. "All I Want for Christmas Is You" foi a 19ª música de Carey que chegou ao primeiro lugar lista, uma a menos que os Beatles.

Stone disse que sua própria música foi "extensivamente tocada" durante a temporada de Natal de 1993, e também apareceu nas paradas da Billboard.

A ação diz que os advogados de Stone entraram em contato com os acusados pela primeira vez em abril de 2021 sobre seu suposto uso não autorizado, mas "não conseguiram chegar a um acordo".

Os advogados de Stone não responderam imediatamente aos pedidos de comentários adicionais.

MIGALHAS nº 5.365

Sexta-Feira, 3 de junho de 2022 - Migalhas nº 5.365.

Fechamento às 11h01.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

Multiplique Leilões

()

"Nada liga mais fortemente os homens que o interesse."

Machado de Assis

Advocacia 5.0

Bolsonaro sancionou lei que altera auspiciosamente o Estatuto da Advocacia em vários pontos, mas vetou um dos pilares do projeto, que mudava regras para busca e apreensão em escritórios. ()

Sanção

Acerca da nova lei, entre os pontos sancionados, destacamos positivamente: proibição de advogado fazer delação contra cliente; aumento da pena para crime de violação de prerrogativas; autonomia contratual interna entre associado e banca; férias aos advogados; e reafirmação de honorários pelo CPC. Veja 10 itens positivos. ()

Veto

Entre os trechos vetados, apontamos: a restrição a busca e apreensão (porque caberia ao Judiciário analisar caso a caso a medida judicial aplicada); sustentação oral em tempo real (por contrariedade aos julgamentos virtuais); e alteração em imposto (por necessidade de LC para alteração tributária). Con-

fira. ()

Encômios

As alterações na lei, como dito, são importantes e significam uma vitória da advocacia e do Conselho Federal da OAB, o qual merece aplausos. Nesse sentido, enviamos nossos parabéns a todos os que lutaram pela aprovação, e o fazemos na pessoa do ex-bâtonnier, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

Honorários advocatícios

Presidente nacional da OAB, Betto Simonetti, afirmou à TV Migalhas, durante a posse da nova gestão da OAB/MG, que a Ordem está vigilante em questões de honorários: "Direitos e prerrogativas da advocacia são prioridade." ()

Advocacia mineira em festa

A propósito, em concorrido evento, sob a presidência do festejado líder da advocacia mineira, Sérgio Leonardo, tomaram posse ontem os novos diretores da OAB/MG, da Caixa de Assistência dos Advogados e os conselheiros e conselheiras seccionais eleitos para o triênio 2022/24. A cerimônia, conduzida pelo presidente do conselho Federal, Beto Simonetti, contou com a participação de incontáveis advogados, música regional e a presença de autoridades ilustres. ()

Decreto de calamidade

Corre o boato de que o presidente da República quer baixar um decreto de calamidade. O objetivo, sem escamoteações, é poder gastar sem controle, de modo a levantar a popularidade do presidente para fins de se reeleger. E isso com o "apoio" do Congresso. No caso, não seria uma pedalada, mas uma verdadeira tunçada, e às escâncaras. Quem viver, verá.

Calamidade pública

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, falou ontem à TV Migalhas, durante a posse da nova gestão da OAB/MG, acerca do eventual decreto de calamidade pública. Mineiramente, saiu pela tangente. Veja. ()

A quem interessar possa

Estes dias voltou nos jornais a discussão acerca de como o senador Flavio Bolsonaro comprou uma mansão no Lago Sul de Brasília. Na explicação da origem do dinheiro para fazer frente ao vultoso gasto, Flavio Bolsonaro disse que seria fruto de uma frutífera atividade advocatícia, embora não se encontre uma petição assinada por este "jurista" nos fóruns. Pois bem, vejamos agora o que hoje o amoroso pai do rapaz sancionou, alterando o Estatuto da Advocacia. Consta agora que "as atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal" e "independentemente de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários". Esse é o novo § 4º, do art. 5º, da lei 8.906/94, que sugerimos chamar agora de parágrafo Flavio Bolsonaro. Ela nasce va. ()

Opulência de encher os olhos

Ainda acerca da mansão do senador carioca, é preciso frisar que, ao contrário do que volta e meia acontece, trata-se efetivamente de uma mansão, cujo apartamento (apenas o apartamento) do casal é maior que muitos duplex e triplex que se anunciam.

Vão-se as leis, ficam-se os acordos

O Supremo tomou uma decisão importantíssima ontem, e que deve gerar uma série de reclamações constitucionais (literal e judicialmente). Analisando um caso que tratava do vetusto instituto das horas "in itinere", que é o tempo gasto pelo trabalhador em seu deslocamento entre casa e local de trabalho, os ministros entenderam que, respeitados os direitos absolutamente indisponíveis, são constitucionais os acordos coletivos (independentemente do que estiver escrito na lei). ()

Calendas

O STF retirou da pauta a continuação do julgamento que analisa o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. A continuação da análise do caso estava marcada para 23, p.f.. Agora, sine die. ()

Tchau, TSE

Em 60 laudas, o ministro Nunes Marques fulminou decisão do TSE que havia cassado deputado estadual do PR, delegado Francischini, por divulgar notícias falsas contra o sistema eletrônico de votação em 2018. ()

Teias

Ainda no caso anterior, o ex-cassado deputado estadual paranaense já foi deputado Federal. Na Câmara, tinha como assessor parlamentar um delegado da PF, Anderson Torres, atual ministro da Justiça. ()

Comparado

Acerca do processo eleitoral, no último domingo aconteceu o 1º turno das eleições presidenciais na Colômbia (Gustavo Petro 40,4% e Rodolfo Hernández 27,9%). Convidado a ser um "observador" no pleito, Tiago Asfor Rocha Lima (RMS Advogados - Rocha, Marinho E Sales) conta à comunidade migalheira o que viu. Ouçamos. ()

Revisão da vida toda

O Ieprev - Instituto de Estudos Previdenciários protocolou no STF pedido para que o ministro André Mendonça (novo relator) se declare suspeito para julgar a "revisão da vida toda". A instituição justifica que Mendonça era AGU quando o processo já tinha 10 votos no STF. ()

Documento - Pessoa trans

Homem transexual, pai de um adolescente de 14

anos, obteve direito de alterar o registro do filho e substituir o nome anterior dele, feminino, pelo atual, masculino, sem o consentimento do outro pai (é isso mesmo), que se opunha à alteração. Para juíza de MG, a não atualização do documento traria dificuldades para o menor. ()

Criptomoedas

Cliente que teve extravio de criptomoedas deve ser ressarcido. Juiz do RS considerou que o caso trata-se de uma relação de consumo, assim, as empresas deveriam comprovar que o defeito dos serviços não ocorreu. ()

Cenas íntimas e perseguição

Homem é condenado por crimes de perseguição e divulgação de cenas íntimas da ex-companheira na **internet**. Veja (a decisão, não as cenas, engraçadinho). ()

Mais uma

1ª câmara Criminal do TJ/RJ manteve a condenação da atriz e apresentadora Antonia Fontenelle por três crimes de calúnia, dois de difamação, um de injúria contra os youtubers Felipe e Luccas Neto. ()

Gastronomia erotizada?

Ministério da Justiça proíbe venda de crepes eróticos a menores. A medida inclui também a proibição da exposição dos produtos em vitrines de fácil visualização pelos consumidores. ()

Publicidade em ano eleitoral

PT aciona STF contra nova lei sancionada por Bolsonaro que aumenta limite de gastos do governo com publicidade em ano eleitoral - inclusive em 2022. ()

Prescrição

A 5ª câmara Cível do TJ/RJ declarou a prescrição em caso de desconsideração da personalidade jurídica. Colegiado considerou que, no caso, o prazo prescricional é o mesmo da pretensão originária, e a contagem se inicia da citação da devedora na fase de cumprimento de sentença. A decisão é resultado do trabalho do escritório Osorio e Maya Ferreira Advogados. ()

Advocacia dativa

Durante a posse da nova gestão da OAB/MG, Délio Lins, presidente da OAB/DF, explicou a importância da atuação da advocacia dativa. O PL 2.749/22, referente ao tema, que permitirá a ampliação do acesso à Justiça, deve ser votado na próxima terça-feira na Câmara Distrital do DF. ()

Advocacia dativa - II

Acerca do projeto mencionado na nota anterior, a defensoria pública não quer abrir mão do monopólio da prestação de serviços jurídicos aos hipossuficientes, e é contra a possibilidade de advogados privados prestarem o serviço por delegação. Antevendo que muitos advogados jovens iriam se habilitar para esse tipo de prestação de serviço, a presidente da Anadep - Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos disse recentemente que isso significaria a precarização do atendimento. A fala foi vista como infamante à advocacia e foi duramente criticada. ()

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Caso Henry: Advogado e juíza batem boca aos gritos em audiência. () STF julga inconstitucional ultratividade de acordos trabalhistas. () "Zé Buceta": INSS indenizará por nome trocado na carteira de trabalho. () STJ publica acórdão que veda honorários por equidade em alto valor. () Júri condena Amber Heard a pagar US\$ 15 milhões a Johnny Depp. ()

Colunas

Migalhas de Proteção de Dados

Professora Cristina Godoy Bernardo de Oliveira alerta para um tema que a ANPD deverá regulamentar em breve: as decisões automatizadas no contexto de proteção de dados pessoais. ()

Marketing Jurídico

Na coluna de hoje, o presidente da Comissão Nacional de Marketing Jurídico, Alexandre Motta, traz o membro Eduardo Brenna para responder sobre autoconhecimento, o segredo do networking e os quatro principais passos dos eventos corporativos. ()

Dinâmica Constitucional

Marcelo Schenk Duque levanta a questão: como quem vem de fora do sistema pode competir, em igualdade de chances, com outros candidatos que têm à disposição expressivas verbas públicas para potencializar as suas candidaturas? Para ele, não há igualdade de chances, pois o sistema é construído para perpetuar as pessoas no poder. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Migalhas de peso

- "Violência e o assédio no mundo do trabalho - Convenção 190 da OIT", por Orlando José de Almeida e Rafael Eurípedes Urquiza de Oliveira (Homero Costa Advogados). ()

- "O melhor momento para investir em previdência privada é agora", por Lucimer Coêlho (Jacó Coelho Advogados). ()

- "O que mudou na lei sobre alienação parental?", por Luís Eduardo Tavares dos Santos (Regina Beatriz

Tavares da Silva Sociedade de Advogados). ()

- "A recuperação judicial de clubes de futebol e as sociedades anônimas de futebol como ferramenta de cura do complexo de vira-lata", por Daniel Báril, Yan Viegas Silva e Fernanda Magni Berthier (Silveiro Advogados). ()

- "Um alerta de Pernambuco para o mundo", por Luiz Eduardo Filizzola D'Urso (D'Urso e Borges Advogados Associados). ()

- "Regulação específica, no Estado do Pará, do processo administrativo de apuração de infrações ao meio ambiente", por Maria Clara Rodrigues Alves Gomes e Thiago Sales Pereira (Milaré Advogados). ()

- "Programa de benefícios ao setor de eventos gera insegurança jurídica e receio de utilização pelos contribuintes", por Carolina Romanini Miguel (Cescon Barriou Advogados). ()

- "Contrato de namoro: uma alternativa à união estável?", por Cauê Yaegashi (EYS Sociedade de Advogados). ()

- "O novo crime de fraude eletrônica e o princípio da legalidade", por Fernando Brandini Barbagalo. ()

- "STF determina negociação coletiva como requisito para renovação de cláusulas normativas", por Ana Lúcia Pinke Ribeiro de Paiva, Marília Chrysostomo Chessa, Marcos Rafael Faber Galante Carneiro e Letícia Estevão de Matos (Araújo e Policastro Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos,

editoras, faculdades, associações e empresas de eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta, a partir de hoje, com a participação de mais um Fomentador do Direito:

Multiplique Leilões

O portal Multiplique Leilões é um canal de compra e vendas de bens corporativos e particulares, que aproxima investidores, compradores finais, incorporadores, construtores e fundos de investimentos ao mercado de leilões. A equipe multidisciplinar Multiplique Leilões é composta por advogados, economistas e administradores. e conhece o novo Fomentador de Migalhas.

Nova lei de improbidade administrativa

Com o intuito de debater as alterações que foram feitas na lei 8.429/92, dando origem à nova lei de improbidade administrativa, Migalhas realizou ontem evento com um time de especialistas coordenado pelo juiz e professor Fernando Gajardoni. ()

Soluções digitais

Os sócios do escritório Barcellos Tucunduva Advogados lançam a BTTECH, startup que une a expertise de 68 anos de atuação jurídica com soluções tecnológicas de ponta no mercado. O objetivo é oferecer ferramentas digitais que facilitem o dia a dia das empresas com menos papel e mais tecnologia. ()

Novidade

Milaré Advogados anuncia que Maria Clara Rodrigues Alves Gomes e Thiago Sales Pereira são os novos Leading Lawyers do escritório. ()

Premiação

Lee, Brock, Camargo Advogados (LBCA) recebeu o

"Prêmio Lumen- 2021", na categoria "Boas práticas de Gestão", com o projeto "Práticas de Visual Law em Projetos". ()

Baú migalheiro

Há 114 anos, em 3 de junho de 1908, nasceu o jornalista, escritor e cronista brasileiro Mário Leite Rodrigues Filho. Reconhecido por sua trajetória na área do jornalismo esportivo no Brasil, foi homenageado através do nome oficial do Maracanã, batizado de "Estádio Jornalista Mário Filho", já que o escritor apoiou a construção da arena. A expressão "Fla-Flu", que designa o clássico do futebol brasileiro entre Flamengo e Fluminense, é de sua autoria. Mário Filho faleceu no ano de 1966, com seis livros publicados sobre futebol. (Compartilhe)

Sorteio

A obra "O mais importante para o investidor sobre Tributação", de autoria de Éderson Garin Porto, tem como objetivo ser uma referência para a tomada de decisão mais eficiente e que possa trazer o retorno esperado para o investidor. Concorra a um exemplar! ()

Novidades

Dia 8/6, das 18h30 às 21h, no Espaço Cultural do ST-J, acontece o lançamento da obra "Judicialização da dívida pública federativa", de autoria de Rafael Campos Soares da Fonseca. Thomson Reuters - Revista dos Tribunais promove, dia 8/6, das 18 às 20h30, na ARISP - Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo, o lançamento da "Coleção Direito Imobiliário 10 volumes". () Dia 9/6, a partir das 18h, na Livraria da Vila, em SP, Dora Kaufman lança a obra "Desmistificando a Inteligência Artificial", de sua autoria. Eliane Carvalho e Renata Oliveira, sócias de Contencioso do escritório Machado Meyer Advogados, são coautoras do livro "Arbitragem, Mediação, Falência e Recuperação", produzido e publicado pela Thomson Reuters - Revista dos Tribunais. As advogadas contribuíram,

especificamente, com o artigo "Efeitos da recuperação judicial em arbitragens em curso". O lançamento da obra será presencial durante o "ICC Brazilian Day", dia 10/6, no Hotel Unique, em SP. () Já em pré-venda o livro "Processo Civil e Propriedade Industrial", coordenado pelo sócio do escritório Dannemann Siemsen, Marcelo Mazzola, e pelos professores Fredie Didier Jr. e Gustavo Osna. A obra coletiva é integralmente dedicada aos aspectos processuais da propriedade industrial e tem prefácio assinado pelo ministro Luiz Fux. O livro conta com artigos da ministra Nancy Andrihgi, do ministro Luis Felipe Salomão e de muitos especialistas na matéria. Marcelo Mazzola escreveu um artigo em coautoria com o desembargador Alexandre Freitas Camara sobre os impactos da intervenção do **INPI** em ações de nulidade. () Thomson Reuters - Revista dos Tribunais lança a 9ª edição da obra "Licenciamento Ambiental", de autoria de Curt Trennepohl e Terence Trennepohl. Confira! ()

Migalhíssimas

Hoje, às 19h, Ana Tereza Basilio, vice-presidente da OAB/RJ e sócia do escritório Basilio Advogados, participa do "I Simpósio AAEB de Direito Tributário para Organizações Religiosas", que irá até dia 4/6. O evento acontece na Igreja Batista do Méier. Fábio Cury, sócio da área Tributária do escritório Urbano Vitalino Advogados, será palestrante no "Pensar Contabilidade 2022", que acontece entre os dias 5 e 10/6. Suas exposições serão referentes ao Imposto Sobre Serviços - ISS e algumas das recentes decisões das Cortes Superiores sobre a matéria. O evento é online e a inscrição é gratuita. () Osmar Paixão, da banca Paixão Côrtes e Advogados Associados, proferirá palestra, dia 6/6, no STJ, sobre "A arbitragem coletiva à luz da litispendência e da coisa julgada", no seminário sobre "Arbitragem Coletiva". Dia 6/6, a partir das 9h30, começa uma série de eventos organizados pela OAB Santos apresentando palestras sobre temas pertinentes relacionados à prática do direito na América Latina. Trata-se do "Congresso Internacional das Américas, Simpósio do GRULAG e

o Fórum Argentina-Brasil de Direito". As palestras serão realizadas até as 19h30 do dia 10/6, sendo divididas em 33 painéis. A programação é organizada pelo advogado Daniel Toledo (Toledo Advogados Associados) e também por Roberto Correia. O presidente da Comissão de Direito e Relações Internacionais da OAB Santos, Richard Geraldo, também é um dos organizadores e irá palestrar no 1º painel do evento, debatendo o tema "Legislação trabalhista no Paraguai comparada à legislação brasileira", além de ser o moderador no painel de encerramento da conferência. () Marcelo Mazzola e Nathalia Ribeiro, ambos do escritório Dannemann Siemsen, estão entre os professores do curso online ao vivo "Principais decisões do STJ em matéria processual: diálogos entre magistratura e advocacia", promovido pela ESA-OAB/RJ, que acontece entre os dias 6 e 13/6. () A AASP e o CESA realizam dia, 7/6, às 10h, o curso online "Lawtechs, Visual Law e as novas tecnologias a favor da advocacia". Décio Policastro (Araújo e Policastro Advogados) é o coordenador do curso (). Inscrições, . Pedro Simões, coordenador da equipe de Penal Empresarial e Compliance do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados e diretor educacional do Instituto de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (IPLD), será mediador do evento "Mercado de Jogos e Apostas: regulação do mercado e prevenção à lavagem de ativos", organizado pelo Insper. O encontro, que acontece dia 13/6, às 19h, abordará os principais aspectos da iminente regulação do mercado de apostas de quota fixa e as expectativas para a edição do marco legal de jogos e apostas, com enfoque nos deveres de governança, responsabilidade social e prevenção à lavagem de dinheiro para as empresas do segmento. O evento acontece de forma remota ou presencial, em SP. () Fernando Tonanni, sócio da prática tributária do escritório Machado Meyer Advogados, participará do "14th Annual U.S. and Latin America Tax Practice Trends Conference", organizado pela **American** Bar Association (ABA). O congresso acontece entre os dias 15 e 17/6, em Miami/EUA. O advogado será co-chair no painel "Pri-

vate Equity Investments, Challenges and Opportunities", dia 17. Informações, .

Em novo ranking "Análise Editorial", Cerdeira, Rocha, Vendite, Barbosa, Borgo e Etchalus Advogados e Consultores Legais figura como um dos mais admirados da "Região Sudeste do Brasil", na categoria "Escritório Especializado".

Direito Autoral

O CEPI - Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP promove um debate online e gratuito, dia 6/6, às 10h, sobre o livro "**Direito** Autoral na **Internet**: Diagnósticos e Perspectivas do Debate Brasileiro", em organização pelo CEPI. O evento contará com a participação de centros de pesquisa e entidades do terceiro setor e autoras de artigos que irão compor a obra. ()

1º estágio

A OAB/SP promove gratuitamente, entre os dias 7 e 10/6, a partir das 9h, o "Programa de Formação Meu 1º Estágio". A capacitação será presencial, na sede da entidade, com diretores da OAB/SP, CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, ESA - Escola Superior de Advocacia e do TED - Tribunal de Ética e Disciplina. ()

Novas tecnologias

AASP promove, dia 7/6, às 10h, o curso online "Lawtechs, Visual Law e as novas tecnologias a favor da advocacia". Concorra a uma vaga-cortesia . ()

Relicitação

Dia 15/6, a FGV Direito Rio promove o webinar "Relicitação: Atualidades e Principais Questões Práticas do Novo Instituto". Com transmissão pelo canal da FGV no YouTube a partir das 18h, o evento reunirá acadêmicos dos setores de infraestrutura e aviação. ()

Nomeclatura

A RedeJur - Associação de Escritórios de Advocacia Empresarial, entidade que reúne advogados empresariais de todo o Brasil e de mais sete países, passa a se denominar Associação Internacional de Advocacia Empresarial. A mudança na nomenclatura da associação foi aprovada na "LIII Assembleia" que aconteceu na última sexta-feira, em Fortaleza. ()

Descontos Mizuno

Em decorrência do aniversário de 30 anos da lei de improbidade administrativa, a Editora Mizuno está promovendo descontos especiais em todos os livros sobre o tema nas categorias de Direito Administrativo () e Direito Eleitoral (). Confira! A promoção acaba neste fim de semana.

Seleção especializada

A "RadarRH" é parceira para recrutamento e seleção de profissionais da área jurídica em todo Brasil. A Radar - Gestão para Advogados possui 95% de assertividade e o processo todo leva cerca de 35 dias! Para receber uma proposta personalizada, agende uma reunião de diagnóstico. Entre em contato com a Juliane Loss, aqui.

Nova plataforma

Em parceria com o Banco do Brasil e Itaú, a Employer lança a plataforma "RHPIX", para agilizar pagamento das folhas de salários. ()

Viva

Sorteio de obra : Os ganhadores da obra "Compliance e responsabilidade penal por omissão" (Dialética - 148p.), de autoria de Gabriel Druda Deveikis, sócio do GDD ADVOGADOS, são:

Felippe Duarte de Oliveira , de Pirassununga/SP ;

Jonas Silva do Nascimento, de São Gonçalo do Amarante/RN ;

Carina Testoni Greiffo , de Joinville/SC ;

Fiana Vitória de Souza Assis , de Mariana/MG ; e

Silvaneide Barbosa Lobo, de Juara/MT.

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, ah, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AL/Porto Real do Colégio

ES/Montanha

MG/Arinos

MG/Buritizal

MG/Cabo Verde

PA/Novo Progresso

RN/São José do Campestre

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Enough, Biden Asserts, Demanding Law to Ban Assault-Style Weapons"

The Washington Post - EUA

"Biden urges Congress to act on guns in rare prime-time address"

Le Monde - França

"Ecoles: Macron fait un grand pas vers l'autonomie"

Corriere Della Sera - Itália

"Mosca controlla il 20% dell'Ucrania"

Le Figaro - França

"Après 100 jours, l'étau russe se resserre sur le Donbass"

Clarín - Argentina

"Sin apoyo de 4 provincias clave, el Gobierno intenta licuar el poder de la Corte"

El País - Espanha

"Escrivá planea facilitar permisos de trabajo a miles de extranjeros"

Público - Portugal

"Governo aconselhado a não avançar com extinção da Fundação Berardo"

Die Welt - Alemanha

"Zufriedenheit mit Regierung auf Tiefstand"

The Guardian - Inglaterra

Continuação: MIGALHAS nº 5.365

"Alarm at NHS failings over women's health"

Zero Hora - Porto Alegre

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Puxado pelo setor de serviços, PIB cresce 1% no primeiro trimestre"

"PIB avança 1% no 1º trimestre; projeção para o ano melhora"

O Povo - Ceará

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Troca de marca dos produtos vira hábito do consumidor"

"Governo Bolsonaro inunda reduto aliado de ambulâncias"

Jornal do Commercio - Pernambuco

O Globo - Rio de Janeiro

"Governo dá nome dos mortos nas chuvas"

"PIB cresce 1%, mas incertezas podem frear alta"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Repique da Covid volta a disparar alerta em BH"

Correio Braziliense - Brasília

"Economia cresce 1% no país impulsionada pelo setor de serviços"

SUS deve economizar com fim de extensão de prazos de patentes

O fim de uma regra que permitia a extensão dos prazos de exploração de patentes farmacêuticas no Brasil deverá resultar em uma economia bilionária para o Sistema Único de Saúde (SUS), segundo projeções de pesquisadores do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). O grupo analisou os preços e volumes de compra de nove fármacos entre 2014 e 2018 em registros do Departamento de Logística em Saúde (DLOG) da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. Com base nesses dados, estimou um gasto de pouco mais de R\$ 6,8 bilhões nos próximos anos com esses compostos caso o período de vigência de suas patentes continuasse estendida. "A possibilidade de compra de genéricos disponíveis no mercado internacional reduziria esse valor em R\$ 1,2 bilhão", destaca a economista Julia Paranhos, professora do IE-UFRJ e uma das autoras do estudo, publicado na revista *Cadernos de Saúde Pública*.

Segundo ela, levando em conta as maiores reduções - há casos de genéricos vendidos a valores 99% mais baratos no mercado externo -, o potencial de redução dos gastos do SUS poderia chegar a R\$ 3,9 bilhões. As patentes garantem a seus detentores o direito exclusivo de venda de um fármaco por 20 anos, contados a partir da data de depósito no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**). No entanto, o parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (LPI), de 1996, estabelecia que, se a autarquia levasse mais de 10 anos para conceder a patente, a demora teria de ser compensada com a extensão de sua vigência. Paranhos explica que o **Inpi** não possuía experiência no exame de patentes farmacêuticas até 1996. Com a promulgação antecipada da LPI, foi preciso estruturar uma área específica para essa finalidade, enquanto os pedidos já eram depositados no órgão. "Sabia-se que esse processo teria um impacto no tempo de análise dos pedidos, de modo que se decidiu inserir esse parágrafo único no artigo 40 da legislação para compensar a demora", ela esclarece.

Ocorre que esse privilégio adia a entrada de concorrentes, já que a produção de cópias de medicamentos de referência só é permitida após o fim do período de proteção. Isso dá poder de mercado aos titulares, que podem comercializar seus produtos a preços mais elevados, com impacto sobre os orçamentos público e privado da saúde. O economista Eduardo Mercadante, doutorando na Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE), no Reino Unido, informa que os depósitos de patentes farmacêuticas levam, em média, 13 anos para receber uma decisão final de concessão no Brasil, "o que tem consequência direta no tempo de vigência das patentes, visto que torna o parágrafo único do artigo 40 uma regra, e não uma exceção, como previsto inicialmente", diz o pesquisador, um dos autores do estudo. "Isso é particularmente problemático em um país como o nosso, com forte dependência tecnológica e um grande sistema público de saúde", complementa Paranhos. Entre 2014 e 2018, o DLOG desembolsou R\$ 10,6 bilhões na aquisição dos nove medicamentos analisados pelos economistas.

"É impressionante como poucos fármacos podem gerar uma pressão fiscal significativa no orçamento do SUS", comenta a economista. O anticorpo monoclonal adalimumabe, usado no tratamento de artrite reumatoide, psoríase e doenças inflamatórias intestinais, foi o que mais impactou os cofres públicos. Seu custo total de compra no período foi de aproximadamente R\$ 3,8 bilhões. Outro medicamento caro foi o eculizumabe, usado no tratamento da hemoglobinúria paroxística noturna, tipo raro de anemia que pode causar doença renal crônica, hipertensão pulmonar, entre outros efeitos. Estima-se que o governo tenha gasto pouco mais de R\$ 2,3 bilhões na sua aquisição. Rodrigo Cunha Pelo menos três outros estudos, baseados em metodologias distintas, haviam projetado os impactos da extensão de patentes no orçamento do SUS. Um deles, feito em 2016 pelo próprio grupo do IE-UFRJ, estimou em R\$ 2,1 bilhões o custo adicional relacionado à com-

Continuação: SUS deve economizar com fim de extensão de prazos de patentes

pra de outros nove fármacos com patentes com prazo estendido - dois desses remédios coincidem com os da lista da pesquisa mais recente de Paranhos e Mercadante: o sofosbuvir, contra hepatite crônica, e o adalimumabe.

Já um levantamento de 2017 publicado também em Cadernos de Saúde Pública por pesquisadores do Inpi e do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), no Rio de Janeiro, chegou a um custo adicional potencial de R\$ 288,4 milhões para três antirretrovirais, usados contra infecções causadas pelo HIV. Mais recentemente, uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) se debruçou sobre 11 compostos adquiridos entre 2010 e 2019. Segundo os auditores, o SUS poderia ter economizado cerca de R\$ 1 bilhão se a vigência de suas patentes não tivesse sido estendida. Esse impacto poderia ser menor, pois o Ministério da Saúde tem a prerrogativa de requerer ao Inpi o exame prioritário de patentes de medicamentos que fazem parte de políticas de assistência ou que sejam considerados estratégicos. Isso aceleraria a conclusão dos processos e evitaria a exploração exclusiva dos fármacos por prazo superior a 20 anos. Mas, segundo relatório do TCU, o ministério utilizou-se dessa prerrogativa apenas 16 vezes desde que a norma passou a valer, em 2008 - estima-se que pelo menos 74 medicamentos tenham sido beneficiados pela extensão. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) colocou um ponto final no problema. Por 9 votos a 2, julgou inconstitucional o parágrafo único do artigo 40 da LPI. "A decisão tem efeitos retroativos", esclarece o advogado Pedro Marcos Nunes Barbosa, professor do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). "Todas as patentes com potencial aplicação na área da saúde com prazo estendido de vigência - inclusive aquelas ainda em análise e que poderiam se beneficiar desse dispositivo da LPI no futuro - perderam o privilégio." Algumas empresas farmacêuticas agora tentam contornar a decisão do STF por meio de ações na Justiça Federal de Brasília. "Elas admitem que não há previsão legal para ampliação da vigência de patentes no Brasil, mas, como isso existe em outros paí-

ses e o Inpi tem um déficit estrutural para analisar os depósitos, tentam aplicar, por analogia, uma regra jurídica aprovada por Congressos do exterior para atrasar o domínio público de suas patentes aqui", explica. Orçamento do INPI para custeio e investimentos caiu de R\$ 80,1 milhões para apenas R\$ 34 milhões nos últimos cinco anos. Existem mais de 30 ações judiciais desse tipo em curso no país. Em pelo menos duas, destaca Barbosa, foi concedida uma tutela de urgência em favor dos detentores das patentes. "Nenhuma ainda conseguiu sentença favorável, mas basta uma delas ganhar para gerar insegurança no mercado, uma vez que outras empresas usarão a estratégia para atrasar o domínio público de suas patentes e inibir a entrada de concorrentes", diz o advogado. Ele esclarece que as empresas levam muito tempo e gastam muito dinheiro se preparando para lançar seus genéricos e biossimilares tão logo a patente do fármaco de referência caia em domínio público. "Elas precisam apresentar dados de qualidade, segurança e eficácia à Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] para obter o registro sanitário, o que pode levar meses, às vezes, anos." Segundo Barbosa, esse planejamento torna-se inviável em um cenário de incerteza sobre o tempo de duração do monopólio. Apesar dos impactos positivos no orçamento do SUS, alguns especialistas argumentam que a decisão do STF não toca na causa do problema: a histórica demora do Inpi para examinar os pedidos de patentes.

"Suas condições de funcionamento seguem aquém do nível dos grandes escritórios internacionais", comenta o advogado Matheus Ferreira Bezerra, professor na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Em trabalho recente, o economista Eduardo Mercadante estudou os processos de patenteamento no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao setor farmacêutico. Ele comparou a situação do Inpi com a dos cinco maiores escritórios do mundo - Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul e Europa -, além de Índia e México. Verificou que o Brasil está entre os que menos recebem pedidos de patente por ano - à frente do México apenas -, mas é o que mais demora para dar um parecer sobre eles. Na avaliação de Mer-

Continuação: SUS deve economizar com fim de extensão de prazos de patentes

cadante, esse gargalo resulta sobretudo do baixo número de examinadores. "Eram 318 em 2019, ao passo que a China tinha mais de 12 mil e os Estados Unidos mais de 8 mil", afirma. Na mesma época, cada examinador no Inpi tinha 641 pedidos acumulados - a média internacional é de 112 por examinador.

"Os pedidos de patente esperam, em média, sete anos para começar a ser avaliados, mas o exame em si dura em torno de três anos e meio." Essa situação piorou nos últimos anos. Desde 2019, o Inpi viu seu contingente de examinadores encolher para 312. "Eles simplesmente não dão conta da pilha de pedidos", acrescenta o economista. Para Bezerra, "essa morosidade pode desestimular o registro de novos fármacos no Brasil". Elize Massard da Fonseca, especialista em saúde pública e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, discorda de que o país perderá espaço. "O atraso na concessão de patentes pode gerar um desincentivo, mas o Brasil é o sexto maior mercado farmacêutico do mundo e continuará atraindo o interesse de grandes empresas." Rodrigo Cunha Entre 2013 e 2021, o número de patentes depositadas anualmente no Inpi, nacionais e estrangeiras, caiu de 34 mil para 26,9 mil, de acordo com dados da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, divulgados recentemente pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual **(ABPI)**.

No mundo, ao contrário, o total de pedidos cresceu de 2,57 milhões para 3,22 milhões. Em agosto de 2019, o Inpi lançou um plano para diminuir o número de patentes pendentes de decisão. A estratégia consiste em analisar os pedidos submetidos até 2016 com base em pareceres anteriores emitidos por escritórios estrangeiros - a maioria dos depósitos feitos no Brasil possui correspondentes em outros países, pois 70,5% são oriundos de instituições do exterior. A ideia, segundo Alexandre Dantas, assistente da Diretoria de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do Inpi, é acelerar o processo de exame técnico e reduzir o tempo de espera para o parecer final. "Simplificamos as análises solicitando ao depositante que ajuste seu pedido de patente de acordo com a versão aprovada pelo escritório in-

ternacional", diz. A autarquia tinha quase 149,9 mil pedidos acumulados. Estima-se que a estratégia tenha reduzido esse estoque em 76,8% até 2021 - segundo Mercadante, porém, esse percentual refere-se apenas aos pedidos que podiam ser incluídos no plano em agosto de 2019 e não considera que muitos outros se tornaram pendentes desde então.

"Minha estimativa é de que essa redução foi de 28%", ele pondera. O Inpi informa que conseguiu reduzir o tempo médio do primeiro exame para 2,4 anos, contados a partir do depósito do pedido. Isso acelerou o prazo para o parecer final, que é de 5,8 anos em 2022 nas áreas de fármacos e biofármacos, contados a partir do requerimento do exame técnico. Segundo Dantas, em parte, essa redução foi possível porque os pedidos deixaram de ser enviados para análise da Anvisa. Até então, a agência tinha de emitir um parecer pela anuência prévia quanto à concessão de patentes dessa natureza. "Aceleramos os trâmites com a revogação dessa determinação." Na avaliação de Mercadante, contudo, é importante que a Anvisa continue participando do processo, e ele completa: "A estratégia adotada pelo Inpi é menos eficiente do que parece, pois restringe a autonomia dos examinadores, concede mais pedidos do que deveria e permite que invenções de menor qualidade sejam protegidas". De todo modo, o Inpi deverá enfrentar dificuldades para sustentar um ritmo de análise mais rápido.

Nos últimos cinco anos, o montante disponível em seu orçamento para custeio e investimentos diminuiu progressivamente, saindo de R\$ 80,1 milhões em 2018 para apenas R\$ 34 milhões em 2022. Ao mesmo tempo, a parcela bloqueada como reserva de contingência saltou de R\$ 258,5 milhões para R\$ 371,5 milhões. "A contratação e o treinamento de examinadores são essenciais para o funcionamento do órgão", destaca Bezerra. Para Paranhos, não menos importante é a efetivação de sua autonomia financeira e administrativa, "prevista na lei de criação do Inpi e na LPI, mas ainda longe de ser uma realidade". Artigos científicos MERCADANTE E. & Paranhos J. Pharmaceutical patent term extension and patent prosecution in Brazil (1997-2018). Ca-

Continuação: SUS deve economizar com fim de extensão de prazos de patentes

ternos de Saúde Pública. v. 38, n. 1, p. 1-13. 2022. PARANHOS J., Mercadante E. & Hasenclever L. O custo da extensão da vigência de patentes de medicamentos para o Sistema Único de Saúde. Cadernos de Saúde Pública. v. 36, n. 11, p. 1-13. 2020. RepublicarRepublicar É permitida a republicação desta reportagem em meios digitais de acordo com a licença Creative Commons CC-BY-NC-ND. É obrigatório o cumprimento da Política de Republicação Digital de Conteúdo de Pesquisa FA-

PESP, aqui especificada. Em resumo, o texto não deve ser editado e a autoria deve ser atribuída, assim como a fonte (Pesquisa FAPESP). O uso do botão HTML permite o atendimento a essas normas. Em caso de reprodução apenas do texto, por favor, consulte a Política de Republicação Digital. SUS-Medicamento

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 4

Marco regulatório | INPI

4, 13

Entidades

4

ABPI

13

Propriedade Intelectual

13